

# Brandas e Inverneiras: O nomadismo peculiar de Castro Laboreiro

**José Domingues  
Américo Rodrigues**

*“Tem os moradores desta Freguesia duas vivendas, huma a que chamão a Enverneira, e a outra Varandas, que se compõem de varios Lugares.”*

*[Dicionário Geográfico,  
Lisboa, 1751, vol. 2, p. 529]*

**E**m Castro Laboreiro (que foi concelho autónomo, composto por uma só freguesia, até à reforma administrativa preconizada pelo Decreto de 24 de Outubro de 1855), actual freguesia do concelho de Melgaço, com uma área de cerca 9 000 hectares, toda ela integrada no Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), persiste um invulgar sinal do nomadismo agro-pastoril. Parece que o único caso que, de alguma forma, se lhe pode comparar é o dos Vaqueiros de Alçada, nas montanhas das Astúrias. Mas é claro e sabido que o fenómeno das *brandas* (embora tudo indique derivar de Verão, optamos pelo termo popular *branda*, em vez de *veranda*), que, essencialmente, consiste na mudança de habitação no tempo do estio, é vulgar e se encontra espalhado por todo o âmbito geográfico da Península Ibérica. Onde reside, então, a peculiaridade da conjuntura vivida em Castro Laboreiro?

Para responder satisfatoriamente a esta pergunta não precisamos sequer de nos afastar do território objecto deste singelo apontamento, que é mais de divulgação do que, propriamente, de investigação. Por isso, se nos focalizarmos na cordilheira mais a setentrião de Portugal, en-

tre os rios Lima e Minho, —identificada na cartografia como Serra da Peneda ou do Soajo, mas nós, por motivos que não vem ao caso explicar, preferimos a terminologia arcaica de Montes Laboreiro— constatamos que todo esse maciço rochoso está pejado de brandas. Algumas são de cariz unicamente pastoril, outras também aproveitam o cultivo dos frutos da época. No entanto, todas elas são apoiadas por lugares fixos.

Por outras palavras, estas brandas surgem com o propósito fundamental de apoio aos pastores que, no tempo de Verão, sobem com os seus gados à procura de pastagens a maior altitude e, em alguns casos, acaba por se aproveitar o terreno em volta para as culturas sazonais. No entanto, o lugar de residência é sempre o lugar fixo. Esta conjuntura, em Castro Laboreiro, apenas se verifica nos lugares do Ribeiro, situados no extremo sul do seu território, com uma grande proximidade e afinidade às freguesias contíguas da Gavieira e Soajo (onde predomina este tipo de brandas). Por outro lado, estes povoados do Ribeiro (de Cima e de Baixo) são de formação muito recente, só aparecem no princípio do século XIX. Efectivamente, não constam no rol da Memória Paroquial de 1758 e a referência documental mais antiga conhecida é um registo de óbito de 1812. Por isso, situamos a sua formação neste espaço temporal de cerca de meio século.

Mas o Ribeiro é a excepção à regra, porque em Castro Laboreiro —e aqui reside a sua maior especificidade em relação às outras conjunturas de nomadismo— as brandas são complementadas pelas inverneiras e vice-versa. Ou seja, os castrejos, tal como ficou consignado no Dicionário Geográfico, impresso em 1751, *têm duas vivendas*. A do lugar de cima (*lugares de enriba* = brandas) e a do lugar de baixo (*lugares de em-*

*baixo* = inverneiras). A questão, que ainda nem sequer foi proposta, é a de tentar saber qual o lugar matriz. Para efeitos eclesiásticos (rol dos confessados, casamento, baptismo, óbito) o lugar de referência foi sempre a inverneira e também foi lá que se implantaram as capelas de culto religioso mais antigas. Em contrapartida, é nas brandas que os castrejos passam a maior parte do ano, onde se localizam os terrenos mais férteis e melhores baldios, estando-lhe associadas melhores casas e equipamentos. De qualquer forma, existem equipamentos comunitários (forno, eira, moinho...) em ambos os sítios.

A disposição do território organiza-se ao longo do curso sinuoso do rio Laboreiro, que divide a freguesia ao meio. Situa-se a sua maior nascente no planalto do Laboreiro, acima dos 1200 metros, junto ao marco fronteiro n.º32 (lama das Paticarnas), e segue em direcção sul até desaguar no Lima. A partir do marco n.º53, junto ao lugar de Mareco, serve de linha limítrofe entre Portugal e Galiza. Outro ponto basilar de referência na disposição brandas inverneiras é o lugar da Vila, estrategicamente situado no meio da freguesia (a cerca de 950 metros de altitude). A norte ficam as brandas e a sul as inverneiras. No lugar da Vila, conforme denota o próprio topónimo, estão sediados os três poderes: eclesiástico (sede da paróquia, com igreja matriz e cemitério) civil (sede do concelho, com forais de D. Afonso Henriques, D. Sancho I e D. Manuel e pelourinho de 1560), e militar (sede da milícia, com o castelo medieval, no cerro a sul da vila).

Pegando no ano de 1985, como data de referência, era esta a disposição em relação às margens do Laboreiro:

**Brandas da margem direita (altitude entre 1000 a 1200 metros):**

Rodeiro, Antões, A-do-Freire ou Adofreire, Outeiro, Queimadelo e Falagueiras.

**Brandas da margem esquerda (altitude entre 1000 a 1200 metros):**

Seara, Portos de Cima ou Lantemil, Portos de Baixo ou Aldeia, Padrosouro ou Padresouro, Eiras, Curral do Gonçalo, Campelo, Teso, Formarigo e Portela.

**Inverneiras da margem direita (altitude entre 700 e 850 metros):**

Picotim (altitude superior a 950 metros), Laçei-ras, Ramisqueira, A-de-João-Alvo ou Dejanalvre, Barreiro, Podre, Assureira ou Açoreira, Alagoa ou Lagoa, Dorna, Entalada, Pontes e Mareco.

**Inverneiras da margem esquerda (altitude entre 700 e 1000 metros):**

Varziela ou Barziela, Cainheiras ou Queinheiras, Bico, Corveira ou Curveira, Bago de Baixo, Bago de Cima e Ameijoeira ou Ameixoeira ou Menjo-eira.

Importa agora definir o calendário das mudanças, que fazem com que os vizinhos não sejam os mesmos todo o ano. José Augusto Vieira, no seu *Minho Pitoresco*, editado pela primeira vez em 1886, subindo de Melgaço pelo vale do Trancoso, chega a Castro Laboreiro e regista: *“No Inverno os castrejos, principalmente os de serra acima, abandonam as povoações do alto e recolhem às suas choças no fundo dos valles, as Inverneiras, para as quais transportam o seu limitado trem de cosinha, os instrumentos de trabalho, as roupas e os gados. Chegada a primavera, deixam as suas casas de Inverno e voltam para as do alto”*. Em concreto, no início de Dezembro deixam as brandas e deslocam-se para as inverneiras, onde permanecem até meio de Março; passados esses três meses, regres-

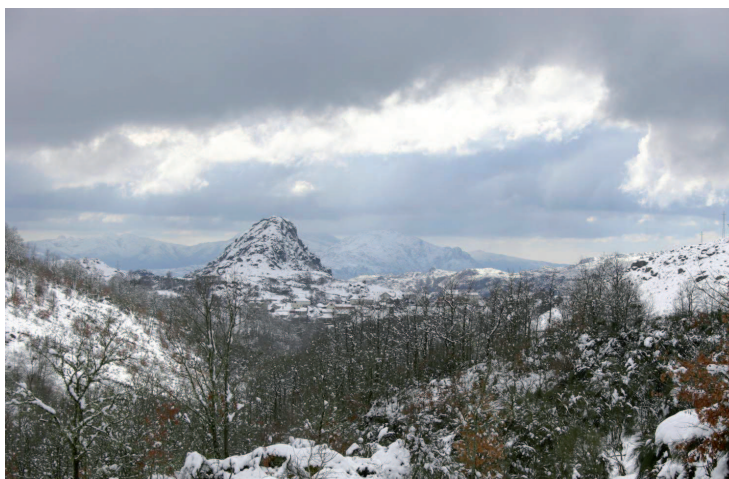
sam novamente às brandas. Esta é a grande mudança, assinalada pelos autores, mas existem outras menores.

Em Fevereiro faz-se uma mudança da inverneira para a branda de oito a quinze dias, sensivelmente. Mas só parte do agregado familiar é que se desloca com os animais a pastar, aproveitando para realizar alguns trabalhos menores nas propriedades privadas. Em cada um dos meses de Maio, Julho, Agosto e Setembro efectuam-se curtas mudanças das brandas para as inverneiras (a duração varia entre os oito e os trinta dias, podendo deslocar-se todo o agregado familiar ou parte, dependendo dos lugares e das famílias). Estas mudas servem para pastoreio e, essencialmente, aproveitamento do solo fértil, como complemento económico da branda.

Em síntese, esta configuração singular de povoamento e forma de vida no Laboreiro, em comparação com outras espalhadas por toda a Península, nomeadamente a de transumância, apresenta a especificidade de deslocação de todo o povo (velhos, crianças, enfermos), animais e pertences (em épocas recuadas, até a porta da casa era carregada). Nas eruditas palavras de Orlando Ribeiro, *A população passa na branda a maior parte da Primavera, o Verão, o Outono; em Dezembro começa a baixar para a inverneira (para em baixo), onde toda a gente deve estar na noite de Natal. É verdadeira migração global, que se realiza a pé e em carro de bois, transportando-se para baixo gados, criação, utensílios, roupas e até o gato atado com um cordel a um fuelro. As casas da branda*

*ficam fechadas e desertas enquanto duram as frialdades e tempestades de Inverno. Em Março ou Abril, isto é, pela Páscoa, sobem para a branda (para em riba), donde descem, para trabalhar a terra ou colher o renovo, por um dia, voltando a dormir à branda».* Para além da mudança invernal, verificam-se outras mudanças menores ao longo do ano. Esta conjuntura irá dar origem a uma rede viária notável e à construção de inúmeras pontes e pontilhões.

Mas em Castro Laboreiro também existem lugares fixos, se bem que em número bastante mais reduzido do que brandas e inverneiras. E, ao contrário do supra referido, estes moradores não brandejam nem invernam, ou seja, permanecem no mesmo lugar durante todo o ano (isto é, só têm uma vivenda). Neste pedaço de mundo isolado e rude, nos tempos recuados em que a subsistência quotidiana era assegurada pelo labor da terra (à qual se extraía centeio e pouco mais) e a criação de gado, os moradores dos lugares fixos ficam nitidamente inferiorizados em relação aos restantes – o espaço territorial de cultivo seria menor e o de pastagem demasiado exíguo.





Aqui surge uma pergunta premente, para a qual ainda não temos uma resposta acertada: Em Castro Laboreiro, ao lado de *brandas* e *inverneiras*, existiram sempre lugares fixos? Embora nos faltem comprovativos rijos, neste momento, colocamos como plausível a hipótese de que o surgimento de lugares fixos seja relativamente recente. A verdade é que, se invertermos o raciocínio, dos poucos subsídios documentais conhecidos, nenhum confirma a existência dos lugares fixos. Antes pelo contrário, numa sentença de auto de limites da freguesia de Lamas de Mouro (limítrofe da de Castro Laboreiro) o tabelião Afonso Pereira, no dia 29 de Agosto de 1618, dirigiu-se à aldeia do Vido para citar o procurador do concelho, João Covelo, e a mulher informou-o que o seu marido estava na inverneira. Tratando-se de um caso isolado, a ilação é muito precária, mas pode indiciar que nesse tempo o lugar do Vido (actualmente, lugar fixo) seria uma *branda* e os seus moradores teriam a respectiva *inverneira*. Se pegarmos no testemunho do autor da Memória Paroquial de 1758, um dos mais consistentes e fiáveis para a lide, só se referem *brandas* e *inverneiras* e nenhum lugar fixo (*vide* a tabela sinóptica em anexo final). Será que se trata de um mero lapso do pároco setecentista, o reitor Inácio Ribeiro Marques, que incluiu os lugares fixos no rol das *inverneiras*? Uma resposta definitiva exige pesquisa séria de outros subsídios documentais e um cotejo aturado entre eles, mas o tempo que nos foi dispensado para a conclusão deste artigo não permite, sequer, encetar a busca.

Para dificultar, não podemos esquecer que em pleno século XX ainda se constata casos esporádicos de moradores de lugares fixos a

mudarem para *brandas* e/ou *inverneiras*. Normalmente, moradores da Vila, Portelinha e Várzea Travessa que mudam para o Rodeiro ou da Vila para o Barreiro. Na década de setenta um morador do Rodeiro mudava-se para o Ribeiro. Na maioria dos casos tratar-se-á de meras conjunturas derivadas do casamento ou geradas por vias de transmissão de bens (herança, doação, compra e venda, permuta). Falta, no entanto, apurar se existe alguma reminiscência de um nomadismo que, em determinado tempo, se perdeu. Se assim se vier a comprovar, podemos dizer que um prolongamento desse fenómeno está a acontecer na actualidade, como se pode verificar pela análise da tabela 1 (em anexo).

Continuando com o rio Laboreiro como ponto de referência, é curioso que em 1985 não existem lugares fixos na margem esquerda e o lugar do Covelo, à data, já não tinha habitantes (abandono no final da década de setenta).

#### **Lugares Fixos da margem direita (1985):**

Porto dos Cavaleiros (meeiro com Lamas de Mouro), Coriscadas, Covelo, Portelinha, Vido, Várzea Travessa, Vila, Ribeiro-de-Cima e Ribeiro-de-Baixo (ambos abaixo dos 700 metros).

Nos últimos vinte anos as mutações no povoamento foram de tal ordem (cfr. tabela 1 em anexo) que pensamos não cometer qualquer exagero ao afirmar que o fenómeno multiseccular do nomadismo no Laboreiro se encontra ameaçado e corre sérios riscos de desaparecimento.

Desde logo, surgem pela primeira vez lugares mistos, isto é, lugares onde só alguns moradores continuam a fazer a muda, optando os outros pela residência fixa. No total são sete os lugares que, actualmente consideramos mis-



tos, seis brandas (Falagueiras, Seara, Curral do Gonçalo e Campelo) e três inverneiras (Cainheiras, Corveira e Ameijoeira). Adivinha-se que, num futuro próximo, a sentença destes lugares seja a de conversão definitiva em lugares fixos.

Superior número de lugares (nove) converteu-se em lugares fixos: oito brandas (Rodeiro, Antões, Adofreire, Outeiro, Queimadelo, Teso, Formarigo e Portela) e uma inverneira (Picotim). A excepção é facilmente explicável uma vez que Picotim é um lugar atípico como inverneira, sobretudo pela altitude a que se localiza e pela proximidade com o lugar fixo de Várzea Traversa. Converte-se em lugar fixo quando lhe faltam os habitantes do lugar dos Antões e Rodeiro (por morte ou emigração) e os das Falagueiras se fixam todo ano nele. A Portela foi a primeira branda a assumir-se, claramente, como lugar fixo. É compreensível, uma vez que todos os seus moradores mudavam para a inverneira da Varziela, tratando-se, por isso, da mudança de menor distância (cerca de 1,5 Km, em linha recta) da freguesia.

Nesta transmutação endémica o mais grave ainda é o elevado número de lugares abandonados. Somam, na actualidade, um total de dez lugares e todos inverneiras (Laçeras, Ramisqueira, Dejanalvre, Barreiro, Podre, Assureira, Alagoa, Pontes, Varziela e Bago de Cima). O primeiro lugar a ser abandonado foi o Bago de Cima. Mas outras inverneiras correm sérios riscos de serem abandonados, nomeadamente, Mareco, Bico, Bago de Baixo, Dorna (um vizinho que muda das Falagueiras) e Entalada (um vizinho do Rodeiro e dois de Curral de Gonçalo). Em relação às brandas, estão em risco os Antões, com um vizinho (um casal), e o Teso e

Formarigo são locais de férias e fim-de-semana para um ou outro morador, encontrando-se a maior parte do ano desertos.

Os números falam por si e, neste momento, é uma constatação que a população local tende a fixar-se nas brandas e a esmagadora maioria das inverneiras, por sua vez, ficam abandonadas. No final tentaremos uma abordagem aos factores causadores desta alteração e uma tentativa de resposta à pergunta: brandas e inverneiras, que futuro?

O tema das brandas e inverneiras apadrinha o museu local (concluído em 2003) e tem vindo a conquistar a simpatia de ilustres investigadores que lhe dedicaram o seu preciosos tempo, desde Orlando Ribeiro, Alice Geraldês, Alexandra Cerveira Lima, até Manuel Rivero Perez. Todos deram à estampa trabalhos subordinados ao tema, mas em muitos outros se podem coligir referências avulsas. Para esses trabalhos de exegese e elevado mérito se remete os interessados:

- Orlando RIBEIRO, "Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro", Revista da Faculdade de Letras, Tomo 6, Lisboa, 1939, pp. 297-302.
- Alice Duarte GERALDES, Brandas e Inverneiras Particularidades do sistema agro-pastoril crastejo, Cadernos Juriz Xurés 2, 1996.
- Alexandra Cerveira Pinto S. LIMA, Castro Laboreiro povoamento e organização de um território serrano, Cadernos Juriz Xurés 1, 1996.
- Manuel RIVERO PEREZ, "Verandas e Inverneiras: migrações internas na Serra do Leboreiro", *Agália*, n.º 69/70, 1.º Semestre 2002, pp. 201-216.

Convenhamos que, apesar do douto zelo avolumado, a origem deste nomadismo conti-



nua por averiguar. Ainda nem sequer nos é possível conjecturar se surgem primeiro as brandas ou as inverneiras e qual foi a que deu origem à outra. O documento mais recuado a validar o nomadismo das brandas e inverneiras continua a ser o senso ou numeramento de 1527. O seu feitor, o escrivão da comarca e correição de Entre-Douro-e-Minho, Álvaro Vaz, registou que no concelho de Castro Laboreiro *“nom ha povoaçom jumta soomente per casaes apartados vyvem no verão neste comçelho cem moradores porque no inverno vão vyver fora por ser terra frya”*. Esta é a passagem que tem sido aproveitada para fundamentar a organização territorial desde os alvares do século XVI. Em documentação dessa centúria de quinhentos localizamos referências vagas aos lugares da Vila, Falagueiras, A de Galvo (hoje, João Alvo), Pontes e Varziela.

O recurso aos registos cartográficos desse século XVI pode revelar mais alguns informes pertinentes. O mapa elaborado por Fernando Alvares Seco (impresso pela primeira vez em Itália, em 1561) é considerado o mais antigo mapa corográfico de Portugal, que chegou aos nossos dias; no entanto, uma lista de topónimos conservada na Biblioteca de Hamburgo (*circa* 1525-1536) veio confirmar a existência de outro mapa precedente. Em ambos os monumentos, próximo da Vila e pertencentes a Castro Labo-

reiro, são cartografados os lugares do Rodeiro, Carvalheira, Os Viduais e Cornelhe. Na Lista de Hamburgo consta também Portelinha, que falta no mapa de Alvares Seco. Os lugares de Portelinha e Rodeiro não oferecem qualquer dificuldade de identificação, o mesmo não se podendo dizer em relação aos restantes, que, plausivelmente, são topónimos deturpados (ocorrência muito vulgar neste tipo de documentação). Carvalheira, pela localização na Lista de Hamburgo (entre Alcobça e Portelinha), pensamos que será o lugar de Cavaleiros ou Porto dos Cavaleiros, meeiro das freguesias de Lamas de Mouro e Castro Laboreiro. Em relação aos outros dois topónimos, Cornelhe poderá ser Corveira e os Viduais, por aproximação, só poderá ser o actual lugar do Vido.

Bastante mais recuada é a referência ao lugar do Rodeiro num documento do século XIII. Mas, em definitivo, nem este último documento nem nenhum dos documentos supra faz qualquer menção a brandas e inverneiras ou ao nomadismo do Laboreiro. Por isso, o seu préstimo aqui é minguado e o máximo que podemos inferir é que o Rodeiro (actualmente, uma branda) já era habitado no século XIII e que na documentação escrita e cartográfica quinhentista aparecem brandas e inverneiras. Conjugada com a informação do numeramento de 1527, tudo indica que no século XVI, pelo menos, já existiam brandas e inverneiras no espaço geográfico de Castro Laboreiro. No entanto, não será surpresa se, rebuscando subsídios documentais e arqueológicos antecedentes, se vier a recuar esse nomadismo à época medieval ou até anteriores.

De qualquer forma, a organização territorial pressagiada pela documentação do século XVI não se manteve estanque até à actualidade. Para os propósitos deste artigo não cumpre vazar aqui toda a documentação posterior conhe-



cida, mas, no mínimo, não podemos deixar de referir os lugares que ao longo destes séculos foram desaparecendo. São eles Cavacadouro, Cavada Velha ou Prados da Vila, Brancos, Maroteira, Perguntouro, Eiras Pazes, Franqueira, Bentuzelo, Covelo e Milhara. Este último é dado como desaparecido no *Jornal a Neve*, de 30 de Janeiro de 1921: *“lugar da Milhara, hoje extinto, existindo apenas alguns sinais da existência de casas”*.

Dos lugares desaparecidos, não conseguimos localizar o lugar da Maroteira (caminho antigo Corveira-Varziela?), sérias dúvidas em relação ao lugar de Brancos, que, na melhor das hipóteses, estaria próximo ou pertenceria a Queimadelo, e de Cavacadouro (próximo de Corveira). Dos restantes conseguimos localizar as ruínas. Cavacadouro e Cavada Velha (existem ruínas) referem-se ao mesmo lugar? Parece-nos que são lugares distintos.

Temos que ter particular atenção no manuseamento de determinada documentação, nomeadamente censos, que, por vezes, identifica

alguns sítios como lugares, não o sendo propriamente. Exemplos como o de Ponte do Barreiro ou Vale da Pereira (ambos pertencentes ao lugar do Barreiro) ou Carvalho (pertencente ao lugar de Formarigo) podem induzir em erro e levar a pensar que estamos perante lugares desaparecidos. Os dois topónimos Vido (um no Rodeiro e outro em Campelo) são susceptíveis de gerar confusão com o lugar fixo do Vido. Curioso! Os lugares do Outeiro e Picotim não são referidos pelo pároco memorialista de 1758 e refere apenas um lugar do Bago. O mais plausível é que tenha incluído o Outeiro no lugar de Adofreire (brandas da do freire, registo paroquial de 1821), o de Picotim em Várzea Travessa, e existisse apenas um lugar do Bago (o de Cima, registo paroquial de 1791).

Uma vez que, por ora, os documentos guardam em sigilo as raízes do nomadismo no Laboreiro só nos resta recorrer à conjectura mais plausível. Teófilo Braga, em *O Povo Português nos Seus Costumes Crenças e Tradições*, editado

pela primeira vez em 1885, alvitra uma origem pastoril:

“A mudança de habitação é um facto que ainda se observa no alto Minho, chamando-se Verandas aos sítios só habitados no Verão. Este costume de próximo de Melgaço é notado entre os Fulas por Eichthal: «ocupados do cuidado dos rebanhos e particularmente do gado, vivem em cabanas de folhagem e mudam de habitação, segundo o curso das estações e as necessidades da pastagem.”

Não custa crer que desde tempos muito antigos por estas montanhas circulassem pessoas e animais. Recuando a tempos pré-históricos, o Professor Aguilera Franco, no seu estudo dedicado aos *Megalitos e Tránsito: Aproximación ó Estúdio de Vias de Comunicación Prehistóricas*, traça caminhos que cruzam a serra do Laboreiro. E, por outro lado, não há dúvida que desde a Idade Média por aqui entrava gado transumante vindo de Galiza (a que se juntava o do Laboreiro e de Monção), em direcção aos montes mais amenos de Aguiar e Neiva. Posto isto, não se torna difícil conjecturar que este nomadismo do Laboreiro tenha as suas raízes em deslocações de pastores, intrínsecas aos povos mediterrânicos de montanha, desde tempos muito recuados. Advertimos, no entanto, que o nomadismo do Laboreiro não se identifica com a transumância, que exige o percurso de longas distâncias com animais.

Para terminar com os subsídios documentais, aqui fica transcrito o testemunho de Alfredo Campos, escrito na segunda metade do século XIX, que reflecte bem a vivência multiseccular deste

povo e o seu empenho e pertinácia em combater o inóspito quotidiano:

“Em Castro Laboreiro todo o proprietario, por muito diminuto que seja o seu patrimonio, tem, como qualquer lord inglez, duas habitações - uma de verão e outra de Inverno.

A primeira assenta nalgum lugar da região de Castro Laboreiro, e é n'ella que o montanhez e sua familia vivem os nove mezes das estações da primavera, verão e outomno; a segunda é situada para o lado dos Arcos de Vale de Vez, n'um valle profundo, denominado as Hinverneiras, e é ali que elle passa a estação rigorosa. Foge d'este modo à aspreza do Inverno, procurando esse clima mais temperado pela situação, dias mais amenos e temperatura mais regular.

D'este systema de vida resulta que, sobretudo, nos mezes de Novembro, Dezembro e Janeiro, o forasteiro que percorrer os lugares de Castro Laboreiro, encontrará a maior parte das habitações e propriedades fechadas e desertas, parecendo que aquella região foi abandonada por effeito de uma força qualquer superior.

A mudança para as Hinverneiras opera-se, pouco mais ou menos, depois de meio de Novembro, e há para isto um dia determinado ou combinado,





porque n'esse é que emigram quasi todos os que deixam a montanha pelo valle.

Eu assisti em Castro Laboreiro, ponto forçado para o termo das Hinverneiras, à passagem da extensa caravana. Parecia-me aquillo um longo comboyo de viveres e materiaes, em tempo de guerra. Estava nevoento o dia, e havia pronuncios de que, uma vez abertas as cataratas do céu, a chuva seria abundante, copiosa e fria. Logo ao romper da madrugada começou a passar a extensa fila de carros de bois, chiadores, vagarosos, monótonos, balanceando-se, segundo as depressões do caminho, conduzindo ao mesmo tempo a família, homens, mulheres, creanças, cães, gatos, galinhas, caixas de pau com pre-zunto, todos os accessorios emfim, indispensáveis para o estabelecimento nas Hinvernairas, e muito similhantemente ao que praticam muitas famílias do Minho, quando partem para o mar, a uso de banhos.

Era curioso e digno de ver-se aquelle espectáculo original, que durava desde manhã até ás duas ou tres horas da tarde.

Não sei porque, mas tudo aquillo me produzia uma certa tristeza, que eu attribuo, sem duvida, á ideia de que, tendo de demorar-me, ia ficar só em Castro Laboreiro - ou pelo menos quasi só.

Com effeito, nas minhas excursões posteriores á partida para as Hinverneiras, tive occasião de reconhecer, não só quanto tinha de natural o meu sentimento, mas quanto era justificada aquella emigração da montanha, a que poucos podiam resistir – por differentes circumstancias.

Os povoados tornam-se desertos, é certo, semelham-se a lugares por onde passou o archanjodos flagellos, pondo tudo em fuga e deixando tudo envolto n'um céu de extrema melancolia; mas o rigor do Inverno que nada deixa fazer, a neve, que chega em certas occasiões a ter s altura de meio metro, a intercessão dos caminhos, as difficuldades nas communicações, e muitas outras circumstancias de igual peso e não menor grande-

za, justificam muito bem a mudança d'aquelles montanhezes, que, pela maior parte, nem vinho provam!

Há povoados e logares de vinte a vinte e cinco proprietários, em que, quando muito, só ficam tres, como vigiando e fiscalizando os seus haveres e os dos emigrantes tambem.

N'estas occasiões, a gente percorre um, e outro, e outro ponto, sem encontrar uma única pessoa! Um deserto, com toda a sua cor sombria o seu triste desolamento! Parece que a vida humana, do mesmo modo que a vida da vegetação, pára, tornando o quadro tristemente impressionador.

E no entretanto a neve vae cahindo em cada dia, sobrepondo camada sobre camada, o frio redobra d'intensidade, os dias tornam-se diminutos, as noutes mais que muito longas, e, em vez dos latidos dos cães que guardavam o gado, dos pios dos passaritos, das vozes mais ou menos alegres da natureza, apenas se ouve, de dia, o estampido das cachoeiras que descem da montanha em ondulações tortuosas e irregulares, e de noite, os uivos dos lobos famintos, que se aventuram até ás portas das cabanas, procurando assim a preza apetecida!"

## **Brandas e inverneiras, que futuro?**

Têm-se verificado nos últimos anos importantes transformações nas realidades rurais portuguesas, do conhecimento de todos, baseadas nas transformações sociais e articuladas com os efeitos da chamada globalização.

Nas últimas três décadas, as regiões interiores do país perderam mais de um quarto da sua população. A desertificação em Castro Laboreiro é evidente. A maior parte dos lugares correm sérios riscos de ficar totalmente abandonados. Nos últimos 60 anos a população residente sofreu uma redução brutal. Em 1900 tinha uma população de 2.175, em 1940 apresentava 1.975 moradores e no último censo não registou

800 pessoas, e muitos, apesar de terem residência em Castro Laboreiro, vivem o seu dia-a-dia nas grandes cidades.

As seis escolas que funcionavam no final da década de setenta, encerram portas. Os nasci-



mentos dentro da freguesia são escassos e a mortalidade, numa população muito envelhecida tem atingido números elevados.

A desertificação humana e a degradação da paisagem pela não utilização e má utilização do solo são evidentes. A partida das gentes para o estrangeiro e centros urbanos portugueses, à procura de melhores condições de vida, é a causa conhecida de todos.

Embora os aumentos das acessibilidades e da mobilidade criem novas oportunidades para os pequenos centros, as transformações em curso no mundo rural e os desequilíbrios nos

mercados de trabalho em vastas áreas do continente, prenunciam o reforço da tendência para a continuação do processo de desertificação.

Castro Laboreiro, neste momento, além de local de residência de reformados (alguns com reformas chorudas) regressados do estrangeiro e das grandes cidades, após uma longa vida de sacrifícios, é refugio também de fim de semana e de férias de muita da população que se encontra a laborar nas urbes próximas (Castro Laboreiro, conta entre a sua população jovem, algumas dezenas de títulos universitários em diversa áreas).

Economicamente falando, as formas de vida tradicional na região desapareceram. Os barbeitos de cultivo estão de giestas, as carvalheiras e os giestais tomam conta dos lugares e os animais domésticos contam-se pelos dedos. A maior parte dos que existem são entretenimento de idosos ou para receber alguns subsídios da CEE.

Na criação de gado existe uma única exploração com algum rigor técnico, e certificação de criação de raça barrosa.

As poucas empresa que existem fora destas actividades estão ligadas ao sector da construção civil, e à produção de produtos típicos de fumeiro.

Existem dezenas de casas de porta fechada, números agravados, pelo motivo de quase todas as famílias da freguesia possuem duas casas ou mais (algumas por heranças de familiares chegados).

Como inverter esta situação?

O discurso político em matéria de desenvolvimento para as zonas rurais é de incentivo a novas actividades económicas, principalmente ligadas ao turismo. Tal retórica está directa-

mente ligada às novas visões sobre a diversificação da economia rural e a valorização dos recursos regionais, principalmente focados, na natureza, nas aldeias, nos monumentos históricos e arqueológicos, no artesanato, tradições, produtos agro-alimentares locais, gastronomia e eventos culturais.

Afirma um especialista sobre o assunto:

“Não temos dúvidas de que tais visões e representações sobre o ambiente e o espaço rural se podem traduzir na abertura de novas janelas de observação dos recursos dos campos, que poderão levar à identificação de potencialidades e oportunidades e à concretização de ideias e projectos de desenvolvimento. Na verdade, quando hoje falamos de tais recursos assumimos uma base bem ampla de possibilidades e “imaginamos um amplo espectro de elementos, que inclui antigos, actuais e novos produtos agrícolas e agro-industriais (alimentares e não alimentares), paisagem, fauna e flora, rios e albufeiras, montanhas e vales, caça e pesca, rochas e minerais, águas minero-medicinais, património arqueológico e histórico, arquitectura popular, tradições, artesanato, gastronomia, linhas férreas antigas, solares e casas rurais, miradouros, parques e reservas naturais, feiras, festas e romarias, teatro, música e poesia popular” (Cristóvão, 1998). Por outro lado, as mesmas visões e representações levam-nos também a colocar múltiplas interrogações, nomeadamente sobre a “colagem” do discurso às realidades socio-económicas e institucionais das ditas regiões rurais marginais. No fundo, até que ponto é frutuosa a relação ambiente e desenvolvimento rural? Porquê? Em que circunstâncias?...”

Toda a gente sabe quanto as tradicionais “fronteiras” entre o rural e o urbano se têm esbatido. Basicamente, os que habitam “no campo” desejam ter acesso aos modos de vida e de consumo antes só disponíveis na cidade; a circulação e informação das pessoas é muito maior

(a questão da qualidade é mais discutível), e a predominância dos modelos de comportamento citadinos sobre “os do campo” evidente, quer como realidade, quer como desejo. A televisão, a maior parte dos outros meios de comunicação e em particular a publicidade têm um enorme poder de aproximação destes mundos e de difusão de valores, modas e de aspirações. Ao mesmo tempo, dão-se outros dois fenómenos correlativos. Os da cidade sonham com o campo como o lugar das férias, do lazer, do silêncio, da ausência de stress, e da qualidade de vida (imaginada) que lhes falta onde vivem - tendem, como tradicionalmente todos os citadinos, a consumir “o campo” como um espaço outro, como um intervalo de visita, tanto mais interessante quanto lhes permita uma experiência diferente, se possível única.

O património, as indústrias da cultura, e o “boom” do turismo, são consequências da democratização.

O passado e a natureza são hoje um consumível das massas que, através da procura dos locais mais genuínos, (portadores de uma cultura dita mais ancestral, com os seus “sítios de memória”, cápsulas de tempo parado como compensações para o tempo acelerado da vida) procuram, se não um princípio de ordem para o caos, um momento de interrupção e de contemplação na correria das suas vivências bastante uniformizadas pela globalização, resultantes da evolução dos tempos.

“Os do campo” começam a perceber que, num mundo globalizado e de consumo, a criação de tradições e a valorização e promoção de outros “patrimónios” colectivos é essencial à individualização do local, como um certificado de qualidade. É o que atrai os visitantes, permite a comercialização de produtos, coloca as



comunidades no mapa e nos circuitos turísticos, produz acontecimentos. Esses acontecimentos ou experiências só ganham se tiverem a marca local, a característica individualizadora, se não forem meras reproduções do que se pode ver ou experimentar noutro lado.

As instituições oficiais do estado também incitavam e traçam directivas para o mundo rural:

“De grande importância para a área do PNPG (Parque Nacional Peneda Gêres) são os produtos regionais, que não se podem dissociar das características do meio natural,...Podem-se então salientar o mel, o queijo de vaca (Cachena), a carne de qualidade reconhecida (Barrosã) e o rico e diversificado fumeiro regional, que devidamente inseridos vão de encontro à formatação do produto Turismo de Natureza (que se quer integrante, diversificado e, portanto, compósito).

As raças autóctones do PNPG (os Garranos, os bovinos da raça Barrosã e Cachena, os caprinos da raça Bravía e ovinos da raça Bordaleira de Entre Douro e Minho e o cão de Castro Laboreiro) po-



dem, igualmente, ser inseridas na mesma lógica de promoção e divulgação da região, nomeadamente através da participação ou realização de um maior número de feiras, cujo potencial atractivo tem vindo a crescer. – Turismo de Natureza – Enquadramento estratégico – PNPG”

A região acordou recentemente para o turismo, sem qualquer organização ou estratégia a médio prazo. O potencial paisagístico, ambiental, arqueológico e a sua localização geográfica fazem com que milhares de pessoas (muitos galogos) cheguem hoje em dia a Castro Laboreiro.

Foi construído o museu da freguesia e foi aberto um posto de informação turística com biblioteca. Construíram-se cafés, restaurantes, uma padaria-pastelaria e surgiram meia centena de camas.

A sede do concelho, Melgaço, faz uma aposta política, forte, no turismo, e oferece algumas dezenas de camas em pensões, albergaria, turismo rural, hotel de quatro estrelas, uma pousada da juventude, além de vários atractivos turísticos criados de raiz. Normalmente o tipo de turista que se instala aqui, tem sempre como objectivo uma deslocação a Castro Laboreiro. Os visitantes assíduos aos eventos culturais e gastronómicos organizados na sede do concelho, ou em visita ao PNPG são presença regular.

No entanto, o que prevalece ainda, é o turismo excursionista, de passagem e gastronómico. Raros são os turistas que permanecem mais de dois dias na região e o turista de qualidade raramente aparece.

Conhecendo os recursos endógenos existentes na freguesia de Castro Laboreiro, é fácil concluir que esta região tem um potencial turístico enorme, todo ele suportado na natureza, e no legado histórico-cultural herdado, de forma a prender o turista mais do que dois dias. O que será necessário fazer para isto acontecer?

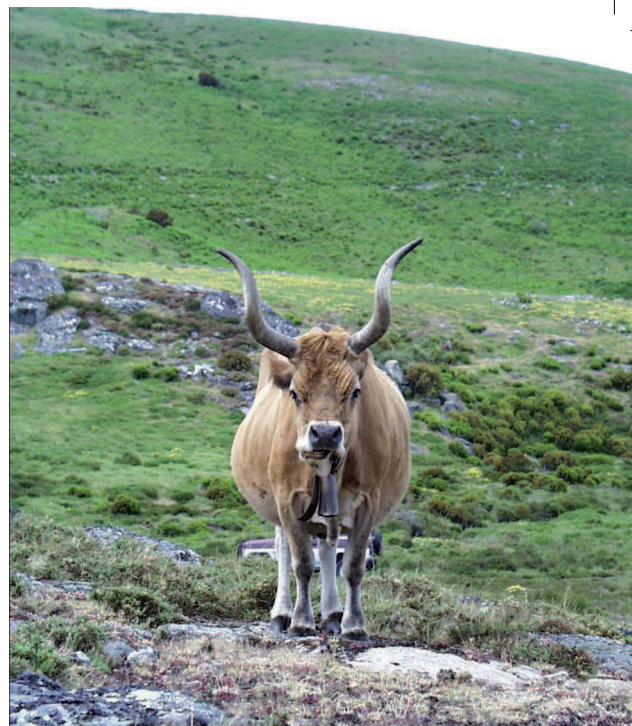
A resposta é clara: Quase tudo.

Vejamos o que escreveu o padre de Castro Laboreiro já nos longínquos anos 80 sobre uma das “jóias” do património histórico-cultural, a necrópole megalítica de Castro Laboreiro e o seu possível aproveitamento pelo turismo:

“...Vale a pena preservá-los da sua completa destruição, fazendo um inventário de todos eles e declarando-os imóveis de interesse público e pré-histórico. Eles constituem, além do património cultural e pré-histórico de Castro Laboreiro, preciosas relíquias do passado e pelas quais podemos aquilatar o grau de cultura daquele povo, como a evolução do homem do paleolítico, mesolítico e neolítico. Seria de muito interesse para a cultura e para o turismo que todos estes monumentos funerários, estivessem mencionados e localizados nos mapas e itinerários publicados pelo Parque Nacional de Peneda - Gerês. Facilitaria aos estudiosos destas coisas pré-históricas e aos turistas a sua mais fácil localização - Padre Aníbal Rodrigues”

Actualmente, o turismo europeu e nacional enfrenta uma concorrência cada vez maior, uma enorme necessidade de investimentos e de modernização das infra-estruturas, assim como a exigência crescente de preservar as suas riquezas naturais.

O tempo em que tudo se resumia a mar, praia e sol parece estar ultrapassado. Os turistas procuram um leque variado de actividades e de experiências. Neste domínio, os destinos nacionais dispõem de recursos muito ricos para uma oferta





diferenciada: combinações de actividades (lazer, desporto, património cultural e natural, gastronomia, etc.), mar e montanha, etc.

Ao mesmo tempo, as populações locais manifestam uma preocupação crescente em preservar a sua identidade, o seu meio ambiente e o seu património natural, histórico e cultural dos riscos decorrentes de um turismo mal controlado.

O desenvolvimento económico a protecção do ambiente e a identidade das populações residentes são desafios sérios, mas pensamos que vão ao encontro da legítima aspiração das populações, ou seja, a um desenvolvimento local sustentável.

As novas gerações do “mundo rural” podem ainda não dispor de muitos saberes sobre essas matérias, ou do apoio de técnicos especializados (de tantos quantos os que seriam necessários), mas começam a compreender e a utilizar os saberes dados pelo mundo da arqueologia, do turismo, do marketing e das novas tecnologias como elementos certificadores de qualidade e de antiguidade das terras, como um pólo de atracção, como uma fonte de movimento, e portanto de beneficio para todos.

O que é que vai acontecer daqui a 50 anos, às brandas e inverneiras de Castro Laboreiro?

O turismo, a produção de produtos típicos, a pastorícia de qualidade certificada, a restauração, a hotelaria, e algumas pequenas empresas ligadas à construção civil, à gestão do meio

ambiente e aos serviços serão o futuro sustentável da região. É urgente criar postos de trabalho e fixar alguns residentes, senão, os lugares serão quase todos fantasmas.

Parece-nos que o valor das inverneiras para venda ou exploração turística é superior ao dos lugares das brandas, tanto pelos traços ainda ancestrais dos lugares como pelo seu enquadramento natural e paisagístico. Talvez por tudo isto, nos últimos anos, nas inverneiras, concretamente nos lugares da Ramisqueira, Barreiro, Podre, Dejanalvre, Alagoa, Entalada, Bago de Baixo e Varziela foram compradas casas por não naturais, para repouso de fim-de-semana e férias, e no lugar do Barreiro, Dejanalvre, Alagoa, Entalada, e Varziela foram recuperadas casas por naturais para turismo. Outros, moradores nas cidades constroem de raiz (em Mareco e Bico) e recuperam para repouso em férias.



Nos próximos tempos adivinham-se mais compras e mais recuperações.

Será que se vai acelerar a venda de casas nas inverneiras a “estrangeiros”?

Será que os Castrejos ainda bastante desconhecedores do turismo, vão continuar a acordar para esta realidade e vão recuperar as casas de família para exploração turística e para conservação do seu património?

Será que daqui a 100 anos alguém vai considerar estes lugares como desaparecidos, abandonados ou em ruínas?

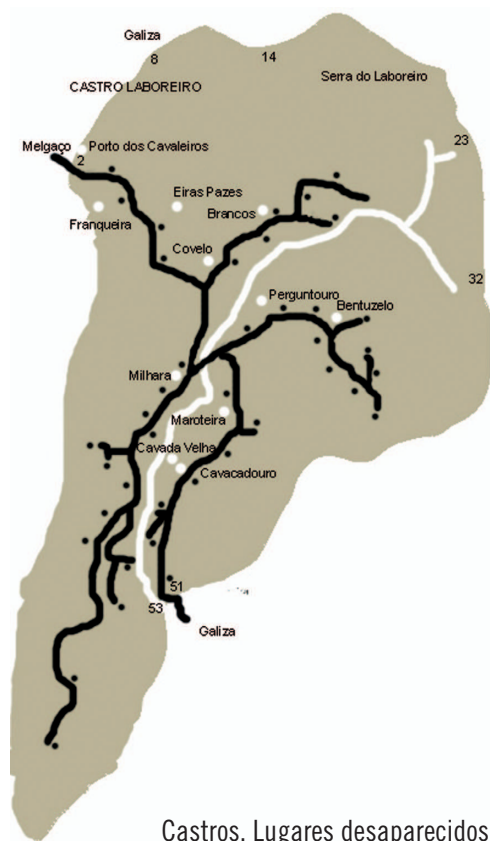
De uma coisa não temos dúvidas: o natural e a memória serão valorizados e vendáveis nos tempos vindouros.

Povo que não preserva e valoriza a sua herança, é um povo condenado. ☹️

*(Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes Laboreiro – NEPML)*

*[www.monteslaboreiro.com](http://www.monteslaboreiro.com)*

*[monteslaboreiro@hotmail.com](mailto:monteslaboreiro@hotmail.com)*



## anexos

LUGARES	1758	1985	2007
Rodeiro	Branda	Branda	Fixo
Antões	Branda	Branda	Fixo
Adofreire	Branda	Branda	Fixo
Outeiro	Não referido	Branda	Fixo
Queimadelo	Branda	Branda	Fixo
Falagueiras	Branda	Branda	Branda/Fixo
Coriscadas	Branda	Fixo	Fixo
Porto dos Cavaleiros	Inverneira	Abandonado	Abandonado
Portelinha	Inverneira	Fixo	Fixo
Vido	Inverneira	Fixo	Fixo
Várzea Travessa	Inverneira	Fixo	Fixo
Picotim	Não referido	Inverneira	Fixo
Vila	Inverneira	Fixo	Fixo
Seara	Branda	Branda	Branda/Fixo
Porto de Cima	Branda	Branda	Branda
Porto de Baixo	Branda	Branda	Branda
Padrosoiro	Branda	Branda	Branda
Eiras	Branda	Branda	Branda
Curral do Gonçalves	Branda	Branda	Branda /Fixo
Campelo	Branda	Branda	Branda / Fixo
Teso	Branda	Branda	Fixo
Formarigo	Branda	Branda	Fixo
Portela	Branda	Branda	Fixo
Laçeras	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Ramisqueira	Inverneira	Inverneira	Abandonado
João Alvo	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Barreiro	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Ponte do Barreiro	Inverneira		
Podre	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Assureira	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Alagoa	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Dorna	Inverneira	Inverneira	Inverneira
Entalada	Inverneira	Inverneira	Inverneira
Pontes	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Mareco	Inverneira	Inverneira	Inverneira
Varziela	Inverneira	Inverneira	Abandonado
Cainheiras	Inverneira	Inverneira	Inverneira/Fixo
Bico	Inverneira	Inverneira	Inverneira
Corveira	Inverneira	Inverneira	Inverneira/Fixo
Bago de Baixo	Não referido	Inverneira	Inverneira
Bago de Cima	Não referido	Inverneira	Abandonado
Bago	Inverneira		
Ameijoeira	Inverneira	Inverneira	Inverneira/ Fixo
Ribeiro-de-Baixo	Não referido	Fixo	Fixo
Ribeiro-de-Cima	Não referido	Fixo	Fixo



## 1. Evolução desde o século XVIII até à actualidade.

LUGARES	1758	1985	2007
Covelo	Inverneira	Abandonado	Abandonado
Bentozelo	Branda	Em ruínas	Em ruínas
Branços	Branda	Não localizado	Não localizado
Cavada Velha	Não referido	Em ruínas	Em ruínas
Eiras Pazes	Branda	Abandonado	Abandonado
Franqueira	Inverneira	Em ruínas	Em ruínas
Maroteira	Não referido	Não localizado	Não localizado
Milhara	Inverneira	Abandonado	Abandonado
Perguntouro	Branda	Abandonado	Abandonado
Cavacadouro	Não referido	Não localizado	Não localizado

Notas: Não localizado = desconhecemos qualquer vestígio e não temos a certeza da sua localização / Em ruínas = há vestígios / Abandonado = perfeitamente identificado e com estruturas bem visíveis (abandono no séc. XIX e XX).

## 2. Correspondência inverneira – branda, em 1985:

Inverneiras da margem esquerda	Brandas
Varziela	Portela
Cainheiras	Campelo, Padresouro, Portos e Seara
Bico	Padresouro e Seara
Corveira	Campelo, Formarigo, Portos e Seara
Bago de Baixo	Eiras, Padresouro e Seara
Bago de Cima	Rodeiro
Amenjoeira	Campelo, Curral de Gonçalo e Eiras

Inverneiras da margem direita	Brandas
Picotim	Antões, Rodeiro e Falagueiras
Laçeiras	Rodeiro, Formarigo e Teso
Ramisqueira	Adofreire, Falagueiras e Rodeiro
Dejanalvre	Adofreire, Rodeiro e Teso
Barreiro	Adofreire, Antões, Falagueiras, Outeiro, Queimadelo e Rodeiro
Podre	Rodeiro
Assureira	Adofreire, Falagueiras, Queimadelo, Antões e Rodeiro
Alagoa	Formarigo e Rodeiro
Dorna	Adofreire, Falagueiras, Queimadelo, Rodeiro e Seara
Entalada	Curral de Gonçalo, Formarigo, Rodeiro e Teso
Pontes	Campelo e Formarigo
Mareco	Campelo e Formarigo